

## Geografia da expansão da política de militarização: do Programa Nacional das Escolas-Cívico Militares ao Programa Colégios Cívico-Militares do Paraná

Rafaela Lucia Miyake  
Universidade de São Paulo, Bahia, Brasil  
Endereço eletrônico: rafaela.miyake@usp.br

1092

**Palavras-chave:** Militarização. Geografia da Educação. Políticas Neoliberais

### INTRODUÇÃO

A política de militarização direcionada para as escolas da rede pública de educação básica é um fenômeno que remonta o final do século passado e ocorria de maneira isolada a nível estadual no território brasileiro, como é o caso de Goiás. No entanto, tal política assume centralidade e ganha fôlego com o Programa Nacional das Escolas Cívico Militares (PECIM), após a eleição de Jair Messias Bolsonaro à presidência da república em 2018.

A gestão presidencial de Jair Messias Bolsonaro em 2018 significou também o aumento da militarização no interior do Estado brasileiro. Segundo o Dossiê publicado em 2021 pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, ANDES (2021), houve um aumento de 108%<sup>1</sup> no que diz respeito à ocupação de militares da reserva em cargos civis ligados ao governo federal. Sem dúvida, a posse do ex-capitão do Exército à presidência da república inaugurou um novo patamar de participação das Forças Armadas no cenário político nacional.

No campo da educação esta participação deu origem ao Programa Nacional das Escolas Cívico Militares, lançado no final de 2019 através do Decreto nº 10.004 de 5 de setembro de 2019, BRASIL (2019a). Mobilizado pelo Ministério da Educação e Ministério da Defesa em colaboração com os estados, municípios e Distrito Federal o programa visou a implementação de um modelo de Escola Cívico Militar (ECIM), em escolas públicas. Desse

<sup>1</sup> ANDES-SN lança dossiê “Militarização do governo Bolsonaro e intervenção nas Instituições Federais de Ensino”. Acesso em 26 set. 2024.

**Realização:**



**Apoio:**



modo, o PECIM respondeu a influência militar no campo da educação e representou um avanço na política de militarização uma vez que inaugurou um modelo federal para a rede pública de educação básica no Brasil.

Como apontam os trabalhos de Santos (2020); Santos, Alves, Mocarzel e Moehlecke (2019); Alves e Toschi (2019), o processo de militarização das escolas da rede pública não começou com o governo Bolsonaro como também não é um processo homogêneo, ou seja, estamos diante de uma política educacional que atua de diferentes formas no interior dos estados sendo o PECIM apenas mais um modelo. No entanto, enfrentamos questões comuns entre os modelos, como sua inconstitucionalidade apontada por Ximenes, Stuchi e Moreira (2019); Tavares (2016); Silva (2016). Segundo os autores, o modo de funcionamento que as escolas assumem após a militarização fere tanto os princípios da educação pública, garantidos pela Constituição, quanto a própria função da Polícia Militar na sociedade. Uma outra questão comum é a suposta qualidade associada aos modelos de militarização problematizada por Pinheiro, Pereira e Sabino (2019).

De modo geral, como já foi pontuado no início do texto, antes do PECIM havia os modelos encabeçados pelos estados no qual as Secretarias de Segurança Pública e Secretarias de Educação estabeleciam acordos de cooperação e assemelhados, os quais culminavam com o compartilhamento e/ou transferência da gestão de escolas da rede pública de educação básica, outrora vinculadas apenas a Secretaria de Educação, para as corporações militares estaduais ligadas a Secretaria de Segurança Pública.

Nesse sentido, consideramos o Programa de Colégios Cívico Militares do Paraná (CCMMPR), como resultado da influência do PECIM no que diz respeito ao avanço da política de militarização. O modelo estadual de militarização paranaense foi criado um ano depois do PECIM por meio da Lei Ordinária nº 20.338 a qual “Institui o Programa Colégios Cívico-Militares no Estado do Paraná e dá outras providências”, (Paraná, 2020).

Frente ao exposto, destacamos que este texto tem por objetivo discutir o avanço da militarização por meio do Programa das Escolas Cívico Militares (PECIM) e o Programa de Colégio Cívico Militares do Paraná (CMMMPR) como expressão deste avanço.

**Realização:**



**Apoio:**



## **METODOLOGIA**

Para discutir a geografia da expansão da militarização a partir do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares e do modelo do Programa de Colégios Cívico Militares do Paraná foi realizado um mapeamento e traçado um perfil geográfico das unidades escolares militarizadas no modelo PECIM e CCMPR baseando-se nas seguintes questões: por que o modelo de militarização do Paraná pode ser considerado uma “extensão” do Programa Nacional das Escolas Cívico Militares? Em quais unidades escolares estão sendo implementados os modelos de militarização? Existe características em comum em relação à geografia dessas unidades escolares e dos documentos oficiais que mobilizaram sua criação? Quais os impactos da militarização das escolas para a rede pública?

Para ter acesso ao conjunto de escolas que integraram o projeto piloto do PECIM recorreremos a Lei de Acesso à Informação (2011b), e no caso das unidades participantes do modelo estadual recorreremos ao site oficial da Secretaria de Educação do Paraná o qual possui uma relação das unidades participantes. Assim, foi possível o conhecimento dos nomes das unidades escolares participantes de ambos os modelos e a construção do perfil mediante dados disponíveis nas principais plataformas oficiais do governo; como no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e nos microdados contidos nos Censos Escolares.

Nesse sentido, todas as informações sistematizadas sobre as escolas dos programas são de origem pública e estão disponíveis no banco de dados do Censo Escolar da Educação Básica por meio dos microdados e no site oficial da Secretaria de Educação do Paraná. A construção da base de dados sobre o perfil das unidades escolares foi feita por meio do software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), para um melhor gerenciamento e organização dos casos escolares envolvidos na pesquisa além de servir também para auxílio na coleta, análise e interpretação dos dados obtidos, com relação a produção cartográfica das unidades escolares foi utilizado o software livre Quantum GIS (QGIS).

**Realização:**



**Apoio:**



## RESULTADO DA DISCUSSÃO

A compilação de dados das unidades escolares e dos documentos oficiais de criação da política de militarização revelaram grandes semelhanças no que diz respeito aos objetivos e finalidades como também sobre o perfil das unidades escolares participantes. Os documentos que institucionalizam os programas de militarização mobilizam a mesma narrativa de forma que parecem feitos mediante “*ctrl c ctrl v*”. Em ambos os documentos os pré-requisitos nos quais as escolas teriam que se encaixar são os mesmos. Além disso, os principais objetivos giram em torno de um oferecimento de acesso e permanência além de uma “gestão de qualidade” para as escolas militarizadas. Nesse sentido, as duas políticas podem ser consideradas uma na medida em que convergem não só no âmbito legal da documentação que as criaram, mas na dimensão espacial que tais políticas assumem.

Com relação a sistematização de dados sobre as unidades participantes dos programas pudemos observar que as escolas seguem pequenos padrões, no sentido de possuírem uma infraestrutura diferenciada frente a rede da qual são parte. A compilação de dados do Censo Escolar 2023 mostrou que a presença de laboratório de informática, quadra coberta e biblioteca estão em mais de 50% das ECIM, somente a disponibilidade de laboratório de ciências que está em 10%. Enquanto na rede pública como um todo nenhum equipamento mencionado acima chegou a 50%. Nos CCMPR o panorama não foi muito diferente, de todos os equipamentos mencionados acima, somente o laboratório de informática ficou abaixo de 80%.

No caso das matrículas também identificamos um comportamento similar, por exemplo, antes da militarização as escolas participantes do PECIM ofereciam mais de 14 mil matrículas de EJA, depois da militarização esse número caiu para 6779. O turno noturno também perdeu muitas matrículas indo de quase 21 mil matrículas para 9 mil. Enquanto o CCMPR foi de 8 mil matrículas para 731 no Ensino de Jovens e Adultos e quase 25 mil matrículas no noturno para 2992. Outro ponto que vale ser destacado é a elevação do nível socioeconômico dos alunos, os resultados do INSE (Índice de Nível Socioeconômico), de 2019 e 2023 mostraram que a militarização promove o aumento dos discentes com nível socioeconômico elevado se comparado a rede pública no geral.

Realização:



Apoio:



## CONCLUSÃO

Podemos inferir que os programas de militarização possivelmente causam uma ampliação das desigualdades no interior da rede pública brasileira, a qual já é desigual desde sua criação. O fechamento de turnos e diminuição de matrículas no noturno e no EJA pode significar o fim do acesso à educação para os mais pobres que não podem estudar em outro horário porque trabalham. O processo de militarização também dá indícios de exclusão dos mais pobres com o aumento do índice de nível socioeconômico, assim, os programas que buscam oferecer uma gestão de qualidade e permanência da rede acabam causando o contrário. Como mencionado acima, consideramos o Programa de Colégios Cívico-Militares do Paraná como resultado do avanço do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares e a sistematização de dados sobre nível socioeconômico, infraestrutura e matrículas nos mostraram que além do comportamento da política ser semelhante os documentos oficiais de criação também são.

Portanto, acreditamos que esse tipo de política é fruto das diretrizes neoliberais para educação, localizada no que se convencionou chamar de Nova Gestão Pública (NGP), a qual está muito bem elaborada em Oliveira (2015), onde a implementação e o modo de funcionamento das políticas neoliberais para o campo da educação brasileira estão muito bem esclarecidos.

## Referências

- ALVES, M. F; TOSCHI, M. S; FERREIRA, N. S. R. **Os colégios militares em Goiás: processo de expansão e diferenciação da rede estadual.** In. **Retratos da Escola, Brasília**, v.12, n.23, p.271-287, jul./out. 2018
- BRASIL. 2019a. Decreto Nº 10.004, de 5 de setembro de 2019. **Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2019
- BRASIL. 2011b. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Lei de Acesso à Informação.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2011.
- OLIVEIRA, D. A. **A Nova Gestão Pública e governos democrático-populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação.** Educação & Sociedade. Campinas, v. 36, n. 132, p. 599-622, jul./set. 2015

PARANÁ. Lei Ordinária nº 20.338, de 6 de outubro de 2020 - **Institui o Programa Colégios Cívico-Militares no Estado do Paraná e dá outras providências.** Diário Oficial, Curitiba, 7 de out. 2020.

PINHEIRO, D. C; PEREIRA, R. D; SABINO, G. F. T. **Militarização das escolas e a narrativa da qualidade da educação.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE, [S.l.], v. 35, n. 3, p. 667, dez. 2019. ISSN 2447-4193

SANTOS, C. de A., ALVES, M. F., MOCARZEL, M., MOEHLECKE, S. **Militarização das escolas públicas no Brasil: um debate necessário.** Revista Brasileira De Política E Administração Da Educação, 2019.

SANTOS, E. J. F. **Militarização das escolas públicas no Brasil: expansão, significados e tendências.** 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

SILVA, J. J. D. G. **Militarização de escolas públicas: avanços ou retrocessos?** In: OLIVEIRA, Ian Caetano de; VIEGAS, Victor (Org.). Estado de Exceção Escolar: uma avaliação crítica das escolas militarizadas. Aparecida de Goiânia: Escultura Produções Editoriais, 2016. p. 87-96

TAVARES, F. M. M. **Quem quer manter a ordem? A ilegalidade da militarização das escolas em Goiás.** In: OLIVEIRA, Ian Caetano de; VIEGAS, Victor (Org.). Estado de Exceção Escolar: uma avaliação crítica das escolas militarizadas. Aparecida de Goiânia: Escultura Produções Editoriais, 2016, p. 53-63

XIMENES, S. B; STUCHI, C. G; MOREIRA, M. A. M. **A militarização das escolas públicas sob os enfoques de três direitos: constitucional, educacional e administrativo.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE, [S.l.], v. 35, n. 3, p. 612, dez. 2019. ISSN 2447-4193.

**Realização:**



**Apoio:**

